

## Em nome(s) da imprensa no Rio Grande do Norte: o “caminho” escrito para a República (penúltima década do século XIX)

On behalf of Rio Grande do Norte’s press:  
the “way” written for the Republic  
(penultimate decade of the nineteenth century)

*Anderson Dantas da Silva Brito\**

**RESUMO:** O presente trabalho analisa a organização político-partidária presente na Província do Rio Grande do Norte na penúltima década do século XIX, mais especificamente no momento de clivagem entre Império e República (1889), a partir de suas relações com a imprensa escrita visibilizada pelas atuações de atores políticos em alguns periódicos (jornais). Para aquela cultura política, os nomes - sejam os dos jornais; os dos principais representantes da política partidária que militavam nos periódicos; e, os de algumas espacialidades com representações associadas aos periódicos ou àqueles atores -, podem e são analisados para além da compreensão das ações cotidianas na política, sendo também visibilizados por suas formações educacionais e pelos cabedais que dispunham. O trabalho orientado pelas discussões teóricas sobre o imaginário social e a linguagem, discutidos por Cornelius Castoriadis (1982), articulado ao diálogo com fontes escritas, que foram também orientadas pela Nova História Política problematizada por René Rêmond (1996), constatou que, para esse recorte temporal, as lideranças políticas se apropriaram dos “espaços” da imprensa escrita para divulgar os seus interesses. Considerando que, nesse recorte temporal, os jornais eram os principais veículos de divulgação de ideologismos, procuramos conduzir o caminho histórico para a compreensão da instauração da República no Rio Grande do Norte a partir das denominações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio Grande do Norte. Imprensa. Denominações. República.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the political-partisan organization present in the Province of Rio Grande do Norte in the penultimate decade of the nineteenth century, more specifically at the time of cleavage between Empire and Republic (1889), from its relations with the written press visualized by the performances of political actors in some newspapers. For that political culture, the names - whether the newspapers; those of the main representatives of the party policy that militated in the newspapers; and those of some spatialities with representations associated with periodicals or those actors - can and are analyzed beyond the understanding of everyday actions in politics, being also visualized by their formations, educations and by the material possessions they had. The paper guided by the theoretical discussions about the social imaginary and the language, discussed by Cornelius Castoriadis (1982), articulated to the dialogue with written sources, that were also guided by the New Political History problematized by René Rêmond (1996), verified that for this time frame, political leaders have appropriated the “spaces” of the written press to publicize their interests. Considering that, in this time frame, newspapers were the main vehicles for the dissemination of ideologisms, we seek to lead the historical path to understanding the establishment of the Republic in Rio Grande do Norte from the denominations.

**KEYWORDS:** Rio Grande do Norte. Press. Denominations. Republic.

---

\* Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED-UFRN. andersonsb16@yahoo.com.br.

## Introdução

A organização política no espaço norte-rio-grandense, no momento de clivagem entre Império e República, estava disposta em três partidos: *Conservador*, *Liberal e Republicano* – levando-se em consideração o ano de 1889, quando oficialmente havia sido fundado o *Partido Republicano do Rio Grande do Norte*. Almir Bueno (2002) aproveita o ensejo do conjunto de ações em prol da fundação da nova agremiação política da província no ano de 1889 para caracterizar o espaço pelo qual estava diluída tal divisão partidária: “Uma economia frágil e dependente e uma sociedade agrária e patriarcal forneciam o pano de fundo para a política potiguar no final dos anos 80 do século XIX.” (BUENO, 2002, p. 46).

Observamos, então, que durante a maior parte da existência política norte-rio-grandense na condição de província, os movimentos em torno do poder eram protagonizados pelo *Partido Conservador* e pelo *Partido Liberal*, como repetição do que acontecia no plano nacional. Segundo Bueno (2002), os fundamentos político-ideológicos republicanos só passariam a se concretizar – na esteira do movimento abolicionista – naquela penúltima década do século XIX, quando, com o desgaste do domínio imperial e sua estrutura político-partidária e administrativa, vão paulatinamente deixando a coadjuvância do mundo das ideias e surgem efetivamente materializados no partido que irá conduzir os rumos da nação e do estado a partir daquele ano de 1889.

Os partidos *Conservador* e *Liberal*, respectivamente *Squaremas* e *Luzias*, dividiam as atenções e o poder durante o período provincial, assim como dividiam o espaço do Rio Grande do Norte, conforme a prevalência da atuação de suas lideranças internas. Nas palavras de Muirakytan Macêdo (2005), verificamos o caráter histórico do protagonismo político dividido entre conservadores e liberais:

Em meados do século XIX, a política provincial aos poucos se atrelou à dinâmica partidária do Império ao delinear oposições já com sotaque partidário. Dois agrupamentos formaram-se no Rio Grande do Norte: Nortistas e Sulistas. Denominações locais do Partido Conservador e do Partido Liberal, respectivamente Squaremas e Luzias como posteriormente foram cognominados no Império. Não

seriam, a rigor, consideradas agremiações partidárias com fisionomias próprias. (MACÊDO, 2005, p. 125-126).

Encontramos a compreensão das representações que são formuladas sobre os Partidos Conservador e Liberal, vinculadas aos termos *saquarema* e *luzia*, na problematização apresentada por Ilmar de Mattos (2004). Para pensar a construção histórica de *saquarema* e *luzia*, Mattos desconstrói a ótica negativa que pairava sobre a construção destes significados, regularmente afirmada pelo provérbio imperial, presente em *O ocaso do Império*, de autoria de Oliveira Vianna (2006), o qual afirmava que não havia “*nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*”.

Para Vianna, independentemente de estar um *saquarema* ou um *luzia* no poder, os atos se pautariam pela semelhança, por não terem um programa de governo e nem opinião, sendo “[...] simples agregados de clãs organizados para a exploração comum das vantagens do Poder.” (VIANNA, 2006, p. 19). Para Mattos (2004), o contexto para a construção desses termos se dá a partir dos *movimentos liberais* de 1842, quando, em meio à exaltação dos ânimos liberais de mineiros e paulistas, na Província de São Paulo, uma derrota foi imposta aos mineiros pelas forças imperiais “conservadoras” lideradas pelo Barão de Caxias no combate de Santa Luzia e os liberais mineiros passaram a ser denominados por seus adversários pelo nome do local onde havia ocorrido sua maior derrota: *santa-luzias* ou *luzias*.

O interesse por uma monarquia descentralizada, almejada pelos liberais ao buscar unir as suas forças provinciais, perpassava a ideia de uma distribuição mais equilibrada do aparelho do Estado em seus espaços, assegurando o domínio de cada grupo liberal. A partir do triunfo conservador, tratou-se de impor aos liberais a junção de suas várias denominações por meio de uma referência construída sobre uma representação espacial que rememorava a derrota – *luzias*.

Passados dois anos, concedida a anistia aos liberais, estavam eles novamente à frente do poder entre os anos de 1844 e 1848, quando há relatos de que, nos idos de 1845, na província do Rio de Janeiro, o padre e delegado José de Cêa e Almeida dirigia os rumos políticos na Vila de Saquarema, onde autorizava até assassinio de eleitor que decidisse recusar votar nas listas do governo, os chefes conservadores locais

Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, teriam livrado seus protegidos dos desmandos da citada autoridade, passando a denominação *squarema* a ser referenciada aos protegidos daqueles conservadores. O termo se estendera muito rapidamente aos demais adeptos do partido, sendo fortalecido pelas denominações dos jornais *O Squarema* nas províncias de Pernambuco e São Paulo.

Nesse sentido, essas outras denominações para aqueles partidos se inserem na lógica da relação entre linguagem e significações imaginárias, problematizada por Cornelius Castoriadis: “Uma língua só é língua na medida em que novas significações, ou novos aspectos de uma significação, podem sempre nela emergir, e emergem constantemente.” (CASTORIADIS, 1982, p. 398). Esta teorização de Castoriadis que se organiza a partir da problematização das transformações na instituição da sociedade pode ser aproximada às análises de Claude Lefort sobre o político: “[...] O político revela-se assim não só no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade.” (LEFORT, 1991, p. 26).

Assim, os partidos políticos que tiveram suas denominações associadas à outras referências em decorrência de conflitos e da mudança de imaginários fizeram uso das categorias *tempo* e *espaço*, fundamentais para pensar uma sociedade fluida e em transformação, instituída não só materialmente, mas, sobretudo, de forma imaginária, alicerçam uma relação profícua entre linguagem e história.

Após apresentada a ordenação partidária no âmbito nacional, retomamos a propagação desta mesma divisão no Rio Grande do Norte, onde conservadores, liberais e republicanos não conseguiam selar sobre um mesmo líder os interesses de cada partido. Pela pequena quantidade de partidos e grande número de lideranças internas, as desavenças tornavam-se bastante comuns no concernente à capacidade de cada partido de acomodar tantos desejosos pelas benesses que trariam os melhores cargos do poder. Os principais articulistas políticos que lideravam essas agremiações em questão trataram desde muito cedo de promovê-las através da imprensa. Conforme atesta Macêdo (2005), os dois jornais partidários que

centralizaram no Rio Grande do Norte a propaganda política, de meados de 1870 até meados de 1880, carregavam em suas denominações referências aos nomes dos partidos que representavam:

O caminho da polarização política seguiu seu rumo. Em 1868, Amaro Bezerra criou o diretório do Partido Liberal no Rio Grande do Norte. Se para Tavares de LIRA a feição de um partido político imperial era aferida pelo jornal que este publicava, *'O Liberal do Norte'* – nome depois resumido para *'O Liberal'* – o jornal fundado em 1872, por Amaro Bezerra parecia enquadrar-se nesses requisitos. Esse jornal, arauto dos liberais, alimentava a polêmica política da província. (MACÊDO, 2005, p. 126).

Assim, não tardaria mais que o período de um ano, após inaugurado o jornal *O Liberal*, para que fosse fundado na trincheira oposta o jornal: *'O Conservador'*. O Partido Conservador contava com a liderança do Coronel Bonifácio Pinheiro da Câmara, chefe partidário da província até 1884.

Sobre o *Partido Conservador*, Cascudo (1965) contempla as principais características de sua divisão em dois grupos, no contexto estadual do ano de 1889, apresentando-os pela significação dos nomes que lhes foram popularmente atribuídos como referência aos espaços em que se reuniam:

O Partido Conservador ficara dividido entre seus dois afilhados. O grupo João Manuel reunia-se quase cotidianamente para cavaquear sobre as tricas da terra. Ficava assentado sob frondosas gameleiras que se erguiam na Praça da Alegria (Praça João Maria) e a grei de Tarquínio de Sousa preferia a farmácia de José Gervásio de Amorim Garcia, Zêzinho da Botica, na Rua Tarquínio de Sousa (Rua Chile). Os dois grupos ficaram populares pelas designações de “Grupo da Gameleira”, João Manuel, e “Grupo da Botica”, Tarquínio. (CASCUDO, 1965, p. 52).

Assim, *Gameleira* e *Botica*, elementos pertencentes a imaginários da natureza e do urbano, árvore e farmácia, ao mesmo tempo em que cediam seus significados para representar uma cisão no Partido Conservador da Província do Rio Grande do Norte, também denotavam referência localizadora dos espaços em que se reuniam os principais atores que estavam à frente daquele partido que carregava

o estigma político conservador. As gameleiras localizadas na Praça da Alegria (hoje Praça Padre João Maria) cotidianamente emprestavam suas sombras para as reuniões do grupo liderado por João Manuel. A farmácia de José Gervásio de Amorim Garcia (Zezinho da Botica), com sede na Rua Tarquínio de Sousa (hoje Rua Chile), era o espaço escolhido para as reuniões da “grei” liderada pelo próprio Tarquínio de Sousa.

Conforme Cascudo (1965), do outro lado das divergências partidárias locais estavam os *Liberais*, que também se apresentavam divididos conforme seus interesses pelos cargos e assim como os *Conservadores* “[...] não se gabavam de maior coesão. Tinham dois chefes e dois bandos. Amaro Bezerra encabeçava a maior porção. José Moreira Brandão Castelo Branco orientava o restante.” (CASCUDO, 1965, p. 52). O grupo de Amaro Bezerra contava com o apoio de José Bernardo, uma forte e emergente liderança política que se consolidava cada vez mais em seu reduto eleitoral, o Seridó. Tal apoio se deu até a última eleição para deputados da Assembléia Geral, ocorrida sob o cetro imperial, em 03 de agosto de 1889.

Apesar do amplo domínio de liberais e conservadores no ano da Proclamação da República, os partidários do republicanismo também já se faziam presentes no Rio Grande do Norte, revelando em suas ações a devida proximidade com as ideologias que circulavam no âmbito nacional.

### **Em nome(s) do(s) Partido(s) Republicano(s): poder e política na última década da Província do Rio Grande do Norte**

Às vésperas da Proclamação da República, os ânimos do Partido Republicano do Brasil encontravam-se divididos em dois grupos principais. O grupo “evolucionista”, que tinha como liderança Quintino Bocaiúva, e o grupo “revolucionário”, liderado por Silva Jardim, serviram como posicionamentos políticos-ideológicos a serem tomados pelos republicanos nas poucas províncias em que estavam organizados. No Rio Grande do Norte, mais especificamente no ano de 1889, nos deparamos com a mesma divisão ideológica no que toca o posicionamento

daqueles que estavam à frente da organização do partido e da divulgação de seus ideais.

Aliás, fato este ocorrido muito tardiamente, até mesmo porque a fundação do Partido Republicano do Rio Grande só ocorreu em 27 de janeiro de 1889, na residência de João Avelino, onde hoje está situado o prédio do Grande Hotel na Ribeira. De imediato, havia Pedro Velho de Albuquerque Maranhão mobilizado sua parentela, alguns amigos e admiradores para fundar o Partido. Dentre os fundadores, destacavam-se o próprio Pedro Velho, o líder, “[...] seus irmãos Augusto Severo, Alberto, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. O doutor ‘João das Estivas’ trouxe para as fileiras da nova agremiação política os filhos André Júlio e Luís Afonso” (SOUZA, 1989, p. 163), concretizando-se assim o embasamento utilizado por Cascudo (1965) para afirmar ser este um período da *história real da nossa família política* potiguar.

Desse modo, os *Albuquerque Maranhão*, desde o momento de fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, já demarcavam seu espaço político com sua forte presença de organização familiar. No interior do estado, a organização do Centro Republicano Seridoense, em abril de 1889, também revelava esta prática de agregar os parentes em torno de um partido ou grupo de representação política, quando Janúncio da Nóbrega arregimentou seus irmãos e mais alguns familiares para a formação daquele Centro. Ainda sobre a liderança de Janúncio no momento da propaganda republicana, Cascudo (1965) revela o pioneirismo do jovem seridoense no ano de 1886, quando tentara organizar o primeiro núcleo de divulgação dos ideais republicanos na Província:

No Seridó, Janúncio Nóbrega [...] criara realmente um núcleo de propaganda. Fundou-o a 25 de julho de 1886. No seu manifesto ‘Ao Eleitorado do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 3 de maio de 1892’, historia: - ‘Esse núcleo presidido pelo octogenário Manuel Sabino da Costa, republicano tradicional que tomou parte ativa na gloriosa revolução de 1824 em Pernambuco, teve de se reorganizar depois, a 7 de abril de 1889, no ‘Centro Republicano Seridoense’, associação que dispunha de todos os meios para a difusão de suas ideias por tôda a vastidão da zona sertaneja’.” (CASCUDO, 1965, p. 31).

Diante das peculiaridades, entendemos que as influências políticas e ideológicas da República no Rio Grande do Norte estavam centralizadas principalmente em torno de Pedro Velho e Janúncio da Nóbrega. O republicanismo mais puro, “revolucionário”, de viés romântico e ideologicamente influenciado pelas grandes revoluções francesa e americana, tinha como representantes o jovem caicoense Janúncio da Nóbrega Filho e o natalense Braz de Andrade Melo, ambos estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que “[...] nunca foram demasiado dados a teorizações exaustivas, preferindo a ação prática dos ativistas revolucionários das barricadas francesas.” (BUENO, 2002, p. 77).

Na outra vertente do republicanismo no Rio Grande do Norte se sobressaiu a liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. O republicanismo oficial, “evolucionista”, encontrou nas palavras de Pedro Velho representação que muito se aproximava dos moderados liderados de Bocaiúva.

Assim, conforme o olhar de Carvalho (1990), entendemos que as ações em torno da propaganda republicana no Rio Grande do Norte estiveram alinhadas às justificativas ideológicas cabíveis a cada um de seus expoentes, mediante a formação que adquiriram, bem como ao modelo de organização de sociedade que almejavam:

Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. (CARVALHO, 1990, p. 9).

Nesse sentido, seja Janúncio da Nóbrega ou Pedro Velho, devemos considerar que as justificativas defendidas por cada um sobre a forma como devia ser instalada a República em parte decorria das possibilidades de conhecimento ideológico adquiridas pelas condições econômicas que lhes possibilitaram as suas formações acadêmicas e, na esteira dos ambientes que estudavam, foram mantendo contato com as versões republicanas que fundamentavam seus discursos e suas ações.

## **Em nome(s) das(s) elites(s): os cabedais e as formações educacionais dos grupos políticos dominantes na Primeira República**

As realidades ideológica e político-partidária apresentadas tornam necessário problematizar a formação e a real situação econômica dos dois grupos que conduziram o caminho de divulgação e afirmação da República no Rio Grande do Norte, grupos que dominaram a cena política, a partir do momento de clivagem que culminou com a Proclamação da República no Rio Grande do Norte; distintos nas origens – um radicado no Litoral e o outro no Seridó –; opostos nos discursos que sustentavam com relação à República; afins nas facilidades encontradas para se afirmar, cada um em seu momento, em parte devidas ao pioneirismo da fundação dos núcleos republicanos. Para Monteiro (2002),

Nesse processo de transição da Monarquia para a República, o grupo oligárquico que em cada Estado conseguisse fundar um partido republicano estadual, mantendo o seu controle, dominaria o governo desse estado, ou seja, a máquina administrativa e a renda pública. A corrupção, o empreguismo e o nepotismo seriam a marca desse sistema de poder. (MONTEIRO, 2002, p. 210).

Com o Federalismo estabelecido a partir da Constituição de 1891, os grupos políticos que mantiveram o controle do governo do estado, se aproveitavam do maior espaço e poder que dispunham para moverem a máquina pública em seu favor, ocupando cargos políticos eletivos e administrativos, e adquirindo os benefícios econômicos quando da concessão para a realização das obras. Essa autonomia na condução da política e das finanças interessava especialmente às elites agrário/comerciais sediadas no Litoral; e agrário/pecuarista radcada no Seridó:

A instauração da República em 1889, pondo fim ao centralismo monárquico inaugurou uma nova fase na política nacional que permitirá às frações regionais das classes dominantes uma maior autonomia na condução dos negócios referentes à direção dos aparelhos regionais do Estado (os governos do Estado). Isso interessava, sobretudo, à burguesia comercial e à classe dos grandes

proprietários rurais que produziam para os mercados externos e internos. (SPINELLI, 2010, p. 28).

Desse modo, torna-se possível um encontro entre a História do Imaginário e a Nova História Política, com o intuito de verificar o pensamento e os interesses que revestiram as denominações (dos partidos, dos jornais e das espacialidades) no Rio Grande do Norte na véspera e durante a Primeira República. Sobre os direcionamentos propostos por essa história política, Rêmond (1996) considera:

Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos. Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está na longa duração. (RÈMOND, 1996, p. 34-35).

No caso, os apontamentos sugeridos por Rêmond no trato com a história política se aplicam constantemente ao nosso trabalho de análise das fontes e compreensão dos acontecimentos, tendo em vista que é possível entender esses imaginários como resultantes de processos contínuos e descontínuos, reveladores das mudanças ocorridas na sociedade em ritmos que variam no que se refere a suas durações. Na mesma perspectiva de Rêmond, Lefort (1991) também considera as diferenças entre as formas de sociedade, verificando a política como um setor que interage diretamente com os demais setores da sociedade:

[...] A investigação que suscita a diferença das formas de sociedade e a das categorias que permitem dar conta e fundar o juízo político estiveram na origem e permaneceram, enquanto ela esteve viva, no cerne da empreitada. Esta investigação impede que se designe a política como um setor particular da vida social. Implica, ao contrário, a noção de um princípio ou de um conjunto de princípios

geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo [...]. (LEFORT, 1991, p. 10).

Assim, o cenário político do Rio Grande do Norte nas duas primeiras décadas da República foi marcado pela atuação de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefiando a organização familiar que liderou a política estadual de 1892 a 1913. Segundo Monteiro, Pedro Velho, aqui utilizado para representar a elite política radicada no Litoral, é descendente de uma elite econômica comerciante e produtora de cana-de-açúcar:

No Rio Grande do Norte, a figura chave desse processo foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Seu avô era Fabrício Gomes Pedrosa, que, [...], estabeleceu uma grande casa comercial importadora-exportadora em Macaíba nos prósperos anos de 1850, sendo também proprietário de engenho açucareiro. Seu pai – Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão –, igualmente, tornou-se senhor de engenho em Canguaretama em 1880. (MONTEIRO, 2002, p. 210-211).

No comentário de Monteiro (2002), pudemos verificar a procedência familiar de Pedro Velho, bem como parte da sua área de atuação mais influente que ia até o município de Canguaretama, na fronteira com a Paraíba. Contudo, a base econômica desse núcleo familiar foi construída em Macaíba e arredores, cidade onde, segundo Manoel Dantas (2008), Fabrício Gomes Pedroza – avô de Pedro Velho –, empreendeu negócios centrados no comércio do açúcar, dada a importância da localidade para a fluência da economia estadual:

Por ser o rio Jundiahy navegável por pequenas embarcações, até o ponto onde se edificou a cidade, o maior Fabrício Gomes Pedroza, dono da grande casa ‘Guarapes’, construiu ali armazéns para recebimento de assucar e algodão, de que era comprador. Tal foi, porém, a concorrência de povo ao lugar, quem em pouco tempo, tornou-se um prospero povoado, com a denominação de Coité. Augmentando o povoado, crearam uma feira, passando a povoado, a denominar-se Macahyba, em razão de existir uma macahybeira neste lugar. (DANTAS, 2008, p. 9).

Com o desenvolvimento daquele município, onde se destacou a constante atuação do comerciante de origem paraibana, Fabrício Gomes Pedroza, e de seu genro, o pernambucano Amaro Barreto (pai de Pedro Velho), também verificamos o papel desempenhado por tal organização familiar no processo de nomeação do espaço local, onde visualizamos a (des)toponimização de Coité para Macaíba, o que, segundo Cascudo, havia sido obra do avô de Pedro Velho:

Município em 27 de outubro de 1877. Desmembrado de São Gonçalo. Cidade em 5 de janeiro de 1889.  
*Povoação do Coité.* Lavoura e gado. Escola primária em novembro de 1865. Distrito de Paz em março de 1868 com o título *Povoação da Macaíba*. Teria Fabrício Gomes Pedrosa (1809-1972), plantado no alinhamento do povoado, e não no quintal de sua casa, uma macaíba (*Acrocomia sclerocarpa*), palmeira desconhecida na região, sugerindo a nova denominação e fazendo esquecer a primitiva Coité, numerosas no local. (CASCUDO, 1968, p. 205).

Diante da construção referencial para o topônimo *Macaíba*, apresentada por Cascudo, entendemos que a organização familiar que seria liderada por Pedro Velho desde muito cedo já estava envolvida com a dinâmica de nomeação de espaços e aquele momento seria apenas um estrato localizado do que futuramente viria a se tornar uma prática recorrente, quando do domínio político estadual durante a Primeira República, momento em que Pedro Velho, familiares e correligionários se estabeleceram no poder por mais de duas décadas.

Ainda sobre o estabelecimento daquelas personas na área litorânea entre Natal e Canguaretama, onde possuíam um engenho denominado *Ilha Maranhão*, Cascudo credencia a localização ao movimento comercial da área, notadamente de Macaíba, enquanto entreposto comercial que viu nascer em seu chão vários cidadãos de destaque na sociedade norte-rio-grandense:

Poderoso entreposto indispensável entre o sertão, vales açucareiros do Ceará-Mirim, boa porcentagem de S. José de Mipibu e Papari, e a capital da Província, possuiu exportação direta para a Europa, via Guarapes, de 1858-1872, determinando navegação normal da Inglaterra para o Rio Potengi. Quando criado o município (Lei n.º 801, 1877), seus limites era a *divisão natural do Rio Potengi, de alto a baixo*. Vila e Cidade rica, movimentada, festiva, acolhedora, musical

e bailarina. Grandes orgulhos norte-rio-grandenses nasceram em Macaíba: Augusto Severo, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão, Auta de Souza, Henrique Castriciano [...]. (CASCUDO, 1968, p. 205-206).

Apesar de vários membros da organização familiar Albuquerque Maranhão terem nascido em Macaíba – entre eles Augusto Severo, Tavares de Lyra e Alberto Maranhão –, devemos considerar que a principal liderança republicana no estado, a influência maior na capital e zona litorânea, nasceu em Natal no ano de 1856. Diferentemente de outros membros da elite estadual, que adquiriram sua formação acadêmica em Recife, foi no Rio de Janeiro que Pedro Velho estudou - fator este que possibilitou o contato com Quintino Bocaiúva, influenciando diretamente em sua posição ideológica evolucionista sobre a República -, voltando depois ao estado para começar a estabelecer a sua liderança política, no momento em que ocorriam efetivamente o movimento abolicionista e a propaganda republicana:

Pedro Velho se formou em Medicina no Rio de Janeiro e, posteriormente, ocupou cargos públicos como Inspetor de Saúde e professor do Atheneu Norte-Riograndense, a primeira escola de instrução pública secundária da província. Tornou-se abolicionista no ano em que a escravidão foi abolida, fundando a “Sociedade Libertadora Norte-Riograndense”, que existiu entre janeiro e maio de 1888. Da mesma forma, tornou-se republicano no ano em que a República foi proclamada, aceitando sua indicação para liderar os “republicanos” da província, com a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em janeiro de 1889. Dessa fundação participaram, entre outros, cinco irmãos de Pedro Velho, além de dois primos, descendentes da secular família dos Albuquerque Maranhão, somando 114 pessoas. (MONTEIRO, 2002, p. 211).

Com reduto político localizado na capital do estado e adjacências, Pedro Velho formou-se em Medicina no Rio Janeiro, diferentemente também dos intelectuais e políticos republicanos do Seridó, em sua maioria formados na Faculdade de Direito do Recife, fato este que contribuiu para uma postura ideológica diferente, um outro modo de enxergar a República. Conforme Bueno, um tom pacifista predominava sobre Pedro Velho: “Ao assumir a chefia do Partido Republicano, em julho de 1889, depois da disputa com Hermógenes Tinoco, fez predominar na propaganda potiguar o tom pacifista, gradualista e eleitoral.”

(BUENO, 2002, p. 85). Porém, devemos considerar que, se dessa elite liderada por Pedro Velho também “[...] faziam parte literatos ou técnicos, com formação em agronomia, engenharia ou medicina; em geral o grupo era composto por bacharéis formados, na maior parte das vezes, na Faculdade de Direito do Recife.” (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 74).

O outro grupo que empreendeu a propaganda republicana, no momento de clivagem entre Império e República, e dominou a política estadual na última década da Primeira República foi a elite seridoense, liderada pelo histórico Janúncio da Nóbrega. Motivos pelos quais julgamos pertinente uma caracterização relativa à formação de seus membros e aos recursos de que dispunham para a defesa de seus ideais republicanos:

À crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária do estado que era ligada aos interesses da produção e comércio do algodão. Assim, foram os grupos políticos do Seridó – a mais importante área produtora de algodão no Rio Grande do Norte – que passaram a deter o poder, a nível estadual, nos anos 1920, desalojando definitivamente do poder os Albuquerque Maranhão. (MONTEIRO, 2002, p. 227).

Essa elite política seridoense, fortalecida pelo advento da cotonicultura, base econômica de onde provinha a maior parte dos cabedais naquele momento relativo à Primeira República, fazia uso dos recursos disponíveis para financiar a educação dos filhos em importantes centros de referência, como a Faculdade de Direito do Recife. Assim, segundo Rosa (1974), o primeiro seridoense bacharel em Direito no Recife, era natural de Acari:

Um filho de Manuel Antônio, de nome João Valentino Dantas Pinagé, que nasceu em 1807 na Fazenda Cajueiro, foi o primeiro acariense e seridoense a conquistar um diploma de Bacharel em Direito na Faculdade do Recife, em 1835. Exerceu cargos na Magistratura e governou a Província como vice-governador, em 1838. Elegeu-se para seis legislaturas. Como redator de *Brado Natalense*, defendia suas idéias com franqueza e lealdade. (ROSA, 1974, p. 74).

Depois de Pinagé, vários seridoenses rumaram para Recife com o intuito de adquirir a qualificação superior naquela faculdade de referência regional, local onde mantinham contato com as ideias mais atuais em voga no mundo. Assim, a forma como situamos Janúncio da Nóbrega Filho, líder da causa republicana seridoense naquele momento, tem a ver com uma leitura do indivíduo e de suas ações, a partir de seu lugar de fala. Sendo ele pertencente à elite tradicional da região, baseada economicamente na agricultura e na pecuária, fora mandado para a capital pernambucana com o fim de adquirir formação acadêmica, assim como muitos outros haviam feito. E desse modo, os cabedais provenientes dessa economia agrária local fomentavam os investimentos na educação dos futuros representantes e defensores dos interesses daquele grupo, a exemplo do que cita Olavo de Medeiros Filho (1988), a partir do exame da elite seridoense:

Assim, o Capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, proprietário da afamada fazenda Pedreiras, encaminhou aos estudos jurídicos os seus filhos Diógenes Celso da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega Filho. O Ten. Cel. Francisco Antônio de Medeiros, da fazenda Umari, depois de já ver ordenado sacerdote, no Seminário de Olinda, o seu filho Sebastião Constantino de Medeiros, encaminhou para os estudos médicos um outro filho, Manuel Augusto de Medeiros, que formouse pela Faculdade de Medicina da Bahia. [...] O Capitão Manuel Maria do Nascimento Silva teve também o prazer de ver um filho, Manuel Gomes de Medeiros Dantas, cursar as ciências jurídicas e sociais, àquela mesma época. (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 6-7).

Na mesma esteira do fortalecimento econômico do Seridó, a partir da cotonicultura, Macêdo (2005) também ressalta os investimentos empreendidos pela elite agrária na formação intelectual de seus herdeiros:

Estas perspectivas de mudanças econômicas surgiram num momento em que a formação intelectual das elites seridoenses sofria um salto de qualidade. Uma nova geração de filhos de fazendeiros à época era formada pela prestigiosa Faculdade de Direito, num meio de efervescência política matizada pela propaganda republicana. (MACÊDO, 2005, p. 135).

Assim como Pinagé, Diógenes da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega, também se formaram em Recife outros seridoenses atuantes na Primeira República, entre eles Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, sendo que os dois últimos chegariam a ocupar o cargo de governador do Estado, concretizando assim a liderança política seridoense.

Depois de apresentados os cabedais dos dois principais grupos políticos que lideraram o movimento republicano, desde a propaganda até o momento em que controlariam o governo, surge um outro questionamento que os aproxima: o que os republicanos da elite radicada em Natal e adjacências tinham em comum com a elite seridoense, além da questão parental em torno da organização dos primeiros núcleos republicanos no Rio Grande do Norte?

À busca por resposta a esse questionamento, verificamos que a atuação na imprensa escrita, seja no litoral ou no interior, seria o elemento confluyente na caracterização desses grupos que lideraram a política estadual durante a Primeira República. Contudo, devemos ressaltar que a imprensa foi o principal veículo de divulgação da República desde o período vespéral à Proclamação. Essa mesma propaganda política visibilizada pela atuação dos jornais foi de grande utilidade para que a ideia de uma República passasse a ser cada vez mais presente no imaginário da sociedade norte-rio-grandense, buscando sempre afirmá-la através de atos políticos e especificamente, por meio da divulgação/publicação desses atos.

### **Do Povo À República: os nomes da imprensa “republicana” no Rio Grande do Norte**

Se durante as duas últimas décadas de Império os debates na propaganda política se materializaram principalmente nas palavras dos jornais *O Liberal* e *O Conservador*, com a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte em 1889, verificamos a expansão do campo da imprensa política com a criação de dois importantes jornais que fizeram ecoar suas palavras em favor dos ideais republicanos. Da região litorânea ao interior do estado, os jornais *O Povo* e *A República* prestaram seus serviços à causa, registrando na voz convertida em escrita de seus interlocutores os reais interesses que assolavam aquela realidade.

O jornal *O Povo*, fundado em março de 1889, com sede em Caicó e reduto da divulgação dos acontecimentos para o Seridó e adjacências, tinha como principais redatores os liberais Diógenes da Nóbrega, Manoel Dantas e Olegário Vale. No dia 6 de abril daquele ano fora inaugurada a coluna republicana do jornal *O Povo*, sob a direção de Janúncio da Nóbrega Filho, com a publicação do “Manifesto Republicano ao Povo Seridoense”. Naquela coluna as palavras de Janúncio da Nóbrega revelaram um forte prenúncio de que a situação política da nação estava em ebulição e próxima de mudanças. A ação de Janúncio exemplifica a tentativa de inserção da realidade local num contexto maior, de abrangência nacional.

De grande relevância para a situação política da Província, o *Manifesto Republicano*, foi redigido por Janúncio da Nóbrega, e assinado por ele e mais um grupo de republicanos no dia 04 de abril de 1889. Assim, Janúncio revela no documento parte do seu lugar de fala, uma vez que muitas daquelas ideias haviam sido adquiridas na Faculdade de Direito do Recife.

Se existiam tantas ideias circulando na capital pernambucana, Janúncio da Nóbrega resolveu colocá-las em prática delegando o primeiro parágrafo do *Manifesto* a conclamar a todos para a “regeneração” da Pátria Brasileira, pela implantação do regime democrático americano, prestes a se converter em realidade. Esse parágrafo inicial já prenunciava um possível fim do Império.

O parágrafo seguinte tratava da necessidade de se levar os ideais republicanos ao mais “obscuro ponto do Brasil”, com o propósito de regenerar a Pátria e levantar bem alto o “estandarte glorioso da república!”. Essa passagem clarifica, em parte, o interesse de Janúncio da Nóbrega e mais alguns republicanos em proliferar pelo interior da Província do Rio Grande do Norte, mais especificamente no Seridó, a força política da qual faziam parte. Nesse sentido, nos deparamos com a proximidade entre as palavras de Janúncio e os ideais revolucionários do republicanismo “romântico”, que tinha como paradigma nacional Silva Jardim. Segundo Carvalho (1990), teria sido a versão *jacobina* pregado por Silva Jardim, inspiradora para alguns partidários de uma República feita pela revolução, adaptada aos interesses das elites locais:

[...] Os radicais da República falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês!), cantavam a *Marselhesa* pelas ruas. Mas, caso tivesse sido tentada qualquer revolução do tipo pretendido, o povo que em Paris saiu às ruas para tomar a Bastilha e guilhotinar reis não teria aparecido. As simpatias das classes perigosas do Rio de Janeiro estavam voltadas à Monarquia. A igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general. (CARVALHO, 1990, p. 26).

Dando prosseguimento ao *Manifesto*, encontramos duras críticas ao regime monárquico, classificando-o como um “corpo estranho” e ultrapassado no nosso organismo social. Assim, também se faz referência a outras lutas passadas para a existência de uma República brasileira: “É tempo de consubstanciarmos em um facto o ideal de nossos antepassados, que não regatearam o seu generoso sangue para a constituição de uma pátria digna de seus filhos”. Tendo por base o fato de Janúncio da Nóbrega Filho estudar Direito no Recife, sofrendo muitas influências do pensamento republicano efervescente em tal espacialidade, acreditamos que tal fala seria uma referência à Confederação do Equador (1824) e à liderança da província do Pernambuco, como importante marco para as futuras conquistas políticas da nação.

Na sequência, o *Manifesto* conclama o povo para o fim da Monarquia, que havia aniquilado as liberdades dos brasileiros, retardando a marcha para o progresso. Era preciso que o Brasil se *americanizasse*, no sentido de cortar os laços com a nação colonizadora, que havia, através de D. Pedro I, emitido uma farsa consubstanciada no grito da Independência. Segundo o *Manifesto*, tal farsa havia sido tramada pelo pai de D. Pedro, “o covarde” D. João VI, e concretizada com a compra da “liberdade” do Brasil, inclusive, citando as cifras para o pagamento desse fato, assim como, as dívidas adquiridas. A Carta Constitucional da época também é citada, referenciando-a como um objeto de interesse pessoal do Imperador, sendo adjetivada como “velha e desprotegida”, não satisfazendo as “aspirações legítimas de um povo americano”.

Logo após este processo inicial e de desenvolvimento de ideias republicanas como as de *liberdade, progresso, igualdade* etc, o *Manifesto* passa a se direcionar ao *Povo Seridoense*. Povo rio-grandense com “necessidades” de ser republicano e que sentia as “eletrizações sublimes do patriotismo”, que não poderia deixar de “protestar” contra a “daninha” existência de um Império de 67 anos que havia fadado sua Província ao mais “criminoso abandono e revoltante esquecimento”, sendo esta merecedora de um “futuro melhor”. Assim o texto retoma mais uma vez a ideia de *progresso* – agora para a sociedade seridoense – como algo importante para as ideias da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense.

Outro ponto relevante foi a evocação para se mudar a denominação da futura república norte-rio-grandense para *Potiguarânia*, externando através do topônimo potiguaranense um nacionalismo extremado, com base nas raízes indígenas de seu povo. A *República de Potiguarânia* viria corroborar para a incorporação do federalismo à realidade político-administrativa da nação, a partir do entendimento francês que prevaleceu na propaganda republicana local, externando uma visão “nativista” de federalismo. Compreensão que ganhava corpo na propaganda local através da influência de alguns “republicanos potiguares da corte”. Sobre essa influência no seio da política e da propaganda republicana, Almir Bueno (2002) enfatiza a presença da “pátria potiguar”, soberana, solidária e fraterna com as demais repúblicas da (con)federação no discurso de José Leão:

Assim José Leão a consagrava, ao designar como “República de Potiguarânia”, o Rio Grande do Norte na futura federação (ou seria correto dizer confederação?) brasileira. A República de Potiguarânia, a “pátria potiguar” inspirada nas “pequenas pátrias” de Comte, seria solidária e fraterna com o restante das “repúblicas” brasileiras, mas, soberana e altiva, exigia ser tratada como igual e não como súdita esquecida, quase como a frouxa confederação de estados soberanos que fora os EUA antes de 1787. (BUENO, 2002, p. 98).

Ao mesmo tempo, Janúncio da Nóbrega tratou de inserir a realidade local no citado contexto, ao se referir ao *povo seridoense* como possuidor de um devotamento sublime pela causa da liberdade, já externada e provada na “homérica cruzada abolicionista”. Assim Janúncio reforça mais uma vez a importância da atuação

seridoense, que já traz no íntimo a ideia de liberdade, fazendo crer que o concurso pela causa da República não se faria esperar, pois desde 26 de julho de 1888 “um punhado de moços, nesta cidade”, havia fundado um núcleo republicano, tirando da República o ar ideal fantástico para torná-la uma realidade, uma “palpitante questão da atualidade”, da qual o futuro da pátria dependia.

Na continuidade, temos um “encontro” do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense* com a organização definitiva do *Centro Republicano Seridoense*, para onde foram convidados os concidadãos, apelando-se para o patriotismo, para que comparecessem, no dia 7 de abril, à fundação do citado *Centro Republicano* na cidade, ato que iria cristalizar naquela data “imorredoura da nossa história”, “o triunfo da soberania do povo sobre a dinastia”.

Um outro episódio na história da causa republicana também é lembrado: em 30 de dezembro de 1888 a *Guarda Negra* (formada por ex-escravos monarquistas) interrompeu pela violência a conferência republicana de Silva Jardim no Rio de Janeiro, porém o fato fora impotente para fazer frente à propaganda republicana, que já era sólida e aturdiu o espírito nacional com a informação de que um terceiro reinado traria tremendas consequências para a nação.

No *Manifesto* também houve espaço para as “tradições históricas de nossa província”. Por alusão aos episódios de 1817 e 1824, o sangue dos mártires norriograndenses é evocado para sancionar aquele pronunciamento republicano, constituído num apelo à geração atual por um futuro melhor. Queria-se a República, seja pela evolução natural da ideia ou pela revolução, abrindo-se espaço para justificar através da História que todo direito havia sido adquirido pela luta.

Por fim, o *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*, datado de 4 de abril de 1889 é assinado localizando-se espacialmente na “Cidade do Caicó (ou Príncipe)”, já também prenunciando os interesses em suprimir as marcas nomeativas do Império presentes na toponímia local e de outras espacialidades. Era proveitoso para o grupo político que liderou este *Manifesto*, resgatar a antiga denominação da cidade (Queiquó), acontecimento que irá se concretizar em 07 de julho de 1890 com o Decreto nº 33. O Decreto Governamental nº 33 de 07/07/1890 estabeleceu a atual

denominação *Caicó*, no mesmo dia, mês e ano do citado Decreto nº 34 que tratara de mudar a denominação do districto de *São João do Príncipe* para *São João do Sabugy*, fazendo-se valer a ideia de levar e elevar a República aos recantos mais distantes da Pátria, presente no *Manifesto Republicano* que ora analisamos.

A coluna republicana do jornal *O Povo* do dia 13 de abril de 1889 – apenas uma semana após a publicação do *Manifesto Republicano* – trazia em sua segunda edição outro notável acontecimento político ocorrido no Seridó. A Ata da Sessão de Instalação do “Centro Republicano Seridoense”, datada e assinada no dia 7 de abril, também na cidade do Caicó (ou Príncipe), apresenta uma abrangência menor em termos de conteúdo se comparada ao teor do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*.

Verifica-se no início daquela *Ata* a leitura do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense* sendo executada pelo presidente da Sessão. Janúncio da Nóbrega Filho teve a oportunidade de ler “seu” *Manifesto* publicado em *O Povo*, assim como atesta a citada *Ata*. Com sintéticas frases ele fez menção ao fim que os congregava no momento, expôs a razão de ser do partido republicano, descreveu ligeiramente a marcha daquele partido pelo país e ainda justificou a necessidade de organização dos *centros* republicanos (objetivo de tal Sessão).

Outro elemento que nos chama atenção na *Ata* é a necessidade de registrar no texto a importância que aquela data (o 7 de abril) ganhava a partir daquele momento para o Partido Republicano no Seridó, ao que segue a composição de uma comissão para redigir os Estatutos do “Centro”, formada pelos cidadãos Janúncio Nóbrega Filho, Basílio Medeiros Dantas e Germano de Brito.

A parte final da *Ata* menciona que o Sr. Janúncio apresentou um protesto contra a Monarquia, assinado por todos os Membros presentes do Centro. A leitura foi sucedida pela eleição do diretório do partido, encerrada com o seguinte resultado: Presidente – Basílio Gomes da Silva Dantas; Vice-Presidente – Gorgônio Ambrósio da Nóbrega; 1º Secretário – Misael Leão de Barros; 2º Secretário – Basílio Gomes de Medeiros Dantas; Conselheiros – Germano Pereira Brito e Benjamim da

Silveira Galvão. E como Diretor da Seção Republicana no jornal “O POVO” – Janúncio Filho.

Finalizando, a Ata foi lavrada e assinada pela mesa diretora e pelos sócios presentes, em número bastante considerável, com mais de duas dezenas de simpatizantes da causa e líderes políticos da região. Alguns desses sócios que assinaram a Ata, também assinaram conjuntamente à Janúncio Filho o *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*.

Apesar de o pioneirismo da imprensa republicana no Rio Grande do Norte ser creditado à coluna do jornal *O Povo*, foi o jornal *A República* que circulou numa abrangência maior nos contextos espacial e demográfico, já nascendo em função da divulgação da causa republicana. Com informações emprestadas por Cascudo (1965) verificamos o início dos trabalhos deste jornal: “No dia 1º de julho de 1889 publica-se *A República*, órgão do Partido Republicano. Redator-chefe: Dr. Pedro Velho. Cem réis o número e cinco mil-réis o ano. Sairia todas as segundas-feiras. Até 15 de novembro espalhou vinte edições.” (CASCUDO, 1965, p. 107).

O artigo inaugural, redigido por Pedro Velho, apresenta o objetivo do jornal enquanto “órgão do partido nacional ou antimonárquico nesta província”, que tem por missão essencial difundir e propagar as ideias sintetizadas por seu título. Na sequência já observamos um certo distanciamento das palavras de Pedro Velho para com as ideias de Janúncio Nóbrega, referentes aos meios utilizados para conseguir transformar o Brasil numa república. Enquanto Janúncio da Nóbrega evocava uma revolução, Pedro Velho conclamava seus partidários para uma “batalha com as armas da razão.”

Naquele momento, a imprensa natalense contava com os jornais *A Gazeta do Natal* – órgão conservador que durante o final do Império e início da República tratou de reproduzir as opiniões dos Conservadores da Gameleira –; e *A Liberdade* e o *Correio de Natal* – órgãos liberais, principais representantes daqueles partidos. Com a Proclamação da República, os poucos Conservadores ainda existentes no estado passaram a utilizar o jornal *Rio Grande do Norte* como porta-voz entre 1890 e 1896. Nesta perspectiva, nos deparamos com uma plêiade de políticos militantes

que ganhava destaque através deste importante meio de comunicação. A imprensa escrita, além de se tornar o principal veículo de divulgação dos ideologismos republicanos, servia para a consagração de importantes representantes políticos que se revelavam grandes intelectuais a partir do teor de seus textos.

### **Algumas considerações finais**

Inicialmente compreendemos que as denominações em referência aos partidos políticos, sejam oficiais ou populares, também denotavam suas divisões internas, assim como os veículos de imprensa por eles utilizados e os locais onde se reuniam. Essa lógica fundava alguns alicerces espaciais e imaginários da sociedade que expressavam as realidades em que aqueles atores envolvidos estavam inseridos.

Para Depaule & Topalov (2001) os objetivos com que são utilizadas as palavras na cidade se dão como práticas que estruturam o espaço, “[...] seja qualificando indiretamente, pela maneira como se fala na cidade, ou diretamente, pelas palavras que o nomeiam, o apelidam, o comentam, nas diversas escalas em que é apreendido pela análise ou pelo uso cotidiano, o espaço é estruturado por diferenças práticas e simbólicas.” (DEPAULE; TOPALOV, 2001, p. 19).

Assim, sendo *Liberal* ou *Conservador*, *Saquaremas* ou *Luzias*, *Botica* ou *Gameleira*, *O Povo* ou *A Republica*, não estavam dispostas apenas referências nomeativas, mas, sobretudo, construções imaginárias que empreenderam àqueles espaços políticos de partidos e jornais nomes vinculados a interesses próprios que se fortaleceriam no poder e na memória.

A última eleição que se deu durante o domínio imperial no ano de 1889 ainda centralizava no Rio Grande do Norte a polarização entre Conservadores e Liberais, sobressaindo-se num reconhecido campo de maior presença conservadora uma vitória liberal. O sufrágio de 31 de agosto de 1889 foi o “batismo” dos republicanos nas urnas, tendo como candidatos aos dois distritos da província, Pedro Velho e José Leão Ferreira Souto. Em algumas poucas palavras, Pedro Velho, talvez reconhecendo a tímida abrangência do Partido Republicano no Rio Grande do Norte naquela eleição, enfatizava ser mais importante provar a existência do partido, ao atestar que

“o que vale no momento atual é provar que existimos. O nome sufragado e o número de votos são questões subalternas.” (Pedro Velho apud CASCUDO, 1965 p. 116).

Realmente, as palavras de Pedro Velho sobre o número de votos tinham fundamento, pois juntamente a José Leão haviam arregimentado em toda a província apenas 67 votos. A vitória maior ocorreu sob o nome do liberal Miguel Castro, amplamente apoiado pelo chefe político seridoense José Bernardo, dissidente do grupo de Amaro Cavalcanti, o qual haviam derrotado no segundo escrutínio ocorrido em 09 de outubro de 1889.

Apenas comprovada a “existência” do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, os rumos políticos estariam prestes a passar por amplas mudanças. Os novos caminhos da nação e do Rio Grande do Norte estavam prestes a ser conduzidos por alguns republicanos que envidaram seus esforços para a Proclamação da República no histórico dia 15 de novembro.

Ademais, a atuação política naquele momento através dos meios impressos de divulgação em muito favoreceu para que parte da população (a elite letrada) conhecesse alguns dos atores políticos que iniciavam a sua atuação associados à militância em prol da República, assim como os ideologismos políticos vigentes (conservadores, liberais e republicanos).

## Referências

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DANTAS, Manoel. **Denominação dos Municípios**: Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2008. [1922].

DEPAULE, Jean Charles; TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo** (1554-1897). São Paulo: ANNABLUME, 1996.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: espaço e história no regionalismo seridoense. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

NÓBREGA FILHO, Janúncio da. Acta da Sessão da Instalação do Centro Republicano Seridoense. **O Povo**, Caicó, 13 abr. 1889.

\_\_\_\_\_. Manifesto Republicano do Povo Seridoense. **O Povo**, Caicó, 6 abr. 1889.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 15, p. 169-193, 2010.

RÈMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 33, 07/07/1890: Muda o nome da Cidade do Seridó para Caicó. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1896.

ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari**: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte** (1889-1930). Brasília: Senado Federal, 1989.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte**: (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3 ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

Artigo recebido em 07 de outubro de 2017. Aprovado em 06 de março de 2018.